



## **ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A REPRODUÇÃO FAMILIAR: DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA ENTRE OS PECUARISTAS FAMILIARES DO TERRITÓRIO ALTO CAMAQUÃ NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.**

Márcio Zamboni Neske<sup>1</sup>; Lovois de Andrade Miguel<sup>2</sup>, Marcos Flávio Silva Borba<sup>3</sup>, Anor Aluízio Menine Guedes<sup>4</sup>, José Pedro Pereira Trindade<sup>5</sup>

### **RESUMO**

Tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos, a reprodução das concepções homogeneizantes preconizadas pela modernização da agricultura, caracterizada, sobretudo, pela crescente mercantilização dos fatores de produção não operou da mesma maneira e intensidade sobre as relações sociais de produção e trabalho das agriculturas de bases familiares. Essa é a condição observada em relação à pecuária familiar do território Alto Camaquã localizado na metade sul do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), pois muitas das características do contexto socioeconômico, cultural e ecológico dos pecuaristas familiares mostraram-se incompatíveis as proposições contidas no projeto de modernização. O objetivo geral orientador desse trabalho foi identificar e analisar como a mercantilização inseriu-se nos sistemas produtivos dos pecuaristas familiares do território Alto Camaquã, e como esse processo foi responsável pela constituição de estilos de agricultura diferenciados. A operacionalização da pesquisa empírica adotou como base metodológica a Análise-Diagnóstico dos Sistemas Agrários (ADSA), tendo como principal pressuposto captar a diversidade dos tipos de agricultura observáveis a partir de um contexto agrário específico, e identificar os condicionantes históricos, socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais responsáveis por essa diferenciação entre os grupos sociais. Mesmo estando os pecuaristas

---

<sup>1</sup> Biólogo, Mestre em Desenvolvimento Rural e doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [marcio.neske@yahoo.com.br](mailto:marcio.neske@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Eng. Agrônomo, doutor em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola (INA-PG), Professor do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/ UFRGS). E-mail: [lovois@ufrgs.br](mailto:lovois@ufrgs.br)

<sup>3</sup> Médico Veterinário, Doutor em Sociologia, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Universidad de Córdoba, España. Pesquisador Embrapa Pecuária Sul, Bagé/RS. E-mail: [mborba@cppsul.embrapa.br](mailto:mborba@cppsul.embrapa.br)

<sup>4</sup> Eng. Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania (UNIJUI). Professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). E-mail: [aluiziomg@gmail.com](mailto:aluiziomg@gmail.com)

<sup>5</sup> Eng. Agrônomo, Doutor em Zootecnia (UFRGS). Pesquisador Embrapa Pecuária Sul, Bagé/RS. E-mail: [jptrindade@cppsul.embrapa.br](mailto:jptrindade@cppsul.embrapa.br)

familiares inseridos num ambiente com características socioeconômica, cultural e ambiental semelhantes, a aparente homogeneidade revela-se heterogênea a partir das distintas formas que a mercantilização encontra-se presente junto aos sistemas produtivos. Assim, foram aparecendo estratégias diferenciadas de reprodução social e econômica a partir dos modos que os pecuaristas lograram inserção aos mercados, o que determinou a existência de estilos de agricultura diversificados. Isso demonstra que a mercantilização não ocorre de forma homogênea e, tampouco, linearmente, pois desde um raciocínio “estratégico” (repertório cultural) desenvolvido pelos pecuaristas familiares, demonstrou-se que esses possuem capacidades de gestão de seus interesses para definir suas escolhas de articulação com os mercados. Verificou-se que os estilos de agricultura dos pecuaristas familiares do território Alto Camaquã são expressões das respostas adaptativas adotadas pelos agricultores nas suas relações estabelecidas não somente com os mercados, mas também com o universo ecológico que estão envolvidos. Assim, é no plano das decisões individuais que os pecuaristas familiares criam estratégias que visam maximizar as “trocas” com os recursos naturais localmente disponíveis. Portanto, o funcionamento e a reprodução desses estilos de agricultura são mais dependentes das “trocas” estabelecidas com a natureza do que a dependência dos recursos mobilizados a partir dos mercados de insumos e serviços.

Palavras-chave: Pecuária Familiar, Estilos de Agricultura, Território Alto Camaquã.

## **1.Introdução**

No âmbito do debate teórico-analítico recente voltado ao tema do desenvolvimento rural, têm sido recorrente encontrar tanto nas práticas acadêmicas como nos discursos proferidos pela esfera política-institucional a idéia de que os espaços rurais já não se restringem mais como o “local” que exerce a função exclusiva de produção de alimentos para abastecer os espaços urbanos.

No epicentro dessa renovação epistemológica que vêm buscando novos referenciais para repensar o desenvolvimento rural, encontram-se questões teóricas e analíticas que reúnem elementos que convergem para contestar os impactos e as limitações do modelo de modernização da agricultura implementado a partir da segunda metade do século passado. De certa forma, há um consenso na literatura dos estudos rurais que a modernização da agricultura foi o elemento responsável por acelerar a diferenciação social e econômica no processo de produção agrícola através da submissão dessa atividade ao modelo capitalista, caracterizado, sobretudo, pela crescente mercantilização dos fatores de produção.

Numa visão clássica, a modernização da agricultura pode ser interpretada como um processo que foi inspirado na ideologia da noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (ALMEIDA, 1997). A idealização desse processo tinha como uma das premissas norteadoras a transformação das sociedades ditas “tradicionais” ou “atrasadas” em sociedades “modernas” ou “avançadas” mediante ao progresso técnico-científico da agricultura. No caso do Rio Grande do Sul, a modernização representou um condicionante importante que foi responsável por criar padrões diferenciados e específicos de desenvolvimento conforme as particularidades socioeconômicas, culturais e ambientais de cada contexto agrário.

Assim, em meio às concepções homogeneizantes preconizadas pela modernização da agricultura, a pecuária familiar do território Alto Camaquã, localizado na metade sul do Rio Grande do Sul, teve um processo de modernização “incompleto”, pois muitas das características do contexto socioeconômico (reduzida capitalização dos pecuaristas, pequena escala produtiva, pecuária vista não como um negócio, mas como uma atividade de “poupança” de reserva), cultural (aversão ao risco) e ecológico ( solos rasos, “inférteis”, topografia acidentada) dos pecuaristas familiares mostraram-se incompatíveis as proposições contidas no projeto de modernização (BORBA, 2006; NESKE, 2009). Trata-se, portanto, de uma categoria social que instituiu a sua identidade sociocultural baseada na atividade produtiva da pecuária de corte, e mesmo co-existindo com as forças dominadoras do capitalismo, ainda mantém nos dias atuais muitas características produtivas “pré-modernas”

ao não ter incorporado *ipsis literis* os padrões tecnológicos normativos proclamados pela modernização da agricultura.

Portanto, embora o território Alto Camaquã seja um espaço agrário aparentemente homogêneo no que se refere as suas características ambientais e também quanto as relações socioculturais e produtivas consolidadas a partir da pecuária de corte, a mercantilização não operou no mesmo nível e num sentido único. Esse comportamento é uma das expressões de que a mercantilização não transcorre na mesma intensidade, pois mesmo num ambiente mercantilizado, os agricultores são responsáveis por construir seus espaços de manobra em relação às imposições do capitalismo, pois desenvolvem estratégias desde um repertório cultural específico visando à busca pela autonomia quanto às relações mercantis (PLOEG, 1993, 2003, 2008).

Sendo assim, a análise empírica desse trabalho faz parte de um enquadramento teórico dos estudos da sociologia rural que têm dado ênfase nas formas distintas de *como* as unidades familiares estão envolvidas no processo mais geral da mercantilização e *como* elas desenvolvem estratégias diferenciadas visando à construção da autonomia do grupo familiar. Desse modo, o objetivo desse trabalho é analisar como a mercantilização da agricultura inseriu-se nos sistemas produtivos dos pecuaristas familiares do território Alto Camaquã, ao mesmo tempo identificar como esse processo conduziu a emergência e a constituição de estilos de agricultura diferenciados. A operacionalização da pesquisa empírica adotou como base metodológica a Análise-Diagnóstico dos Sistemas Agrários (ADSA), tendo como principal pressuposto do método a apreensão da diversidade dos diferentes tipos de agricultura a partir de um contexto agrário específico, e identificar os condicionantes históricos, socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais responsáveis por essa diferenciação entre os diversos grupos sociais.

Além dessa parte introdutória, o trabalho está estruturado em mais quatro seções. A segunda seção apresenta as bases teóricas orientadoras das discussões do trabalho, analisando como eixo central as contribuições dos estudos sociológicos rurais ligados ao tema da mercantilização da agricultura e estilos de agricultura. Na seqüência, a terceira seção analisa empiricamente os diferentes estilos de agricultura dos pecuaristas familiares do território Alto Camaquã, demonstrando às particularidades presentes no domínio produtivo e os condicionantes que deram origem a estilos de agricultura diversificados. Por fim, a quarta e última seção apresenta algumas considerações finais que podem ser úteis para ampliar o entendimento dos conhecimentos acerca da heterogeneidade social ligadas ao tema mais geral do desenvolvimento rural em diferentes contextos locais, sendo desse modo, promover uma

reflexão sobre as estratégias de reprodução social e econômica envolvendo a pecuária familiar do território Alto Camaquã.

## **2. Mercantilização e o processo de diferenciação na agricultura**

A segunda metade da década de 70 e início dos anos 80 do século XX marcam o revigoramento dos estudos rurais acerca do entendimento da relação das unidades familiares frente ao capitalismo nas sociedades avançadas. O período desencadeia no pensamento social a retomada das discussões do papel das formas familiares de produção no capitalismo e as razões da sua perseverança a partir da vertente neomarxista que vai, fundamentalmente, resgatar as bases e as idéias “não revolucionárias” de Marx e dos marxistas do século XIX.

Friedmann (1978) recupera o conceito de Marx de produção simples de mercadoria e afirma que as formas familiares de produção estão inseridas num processo de acumulação capitalista como produtor simples de mercadoria e não como produtor ampliado (produção de mais valia). Para a autora mesmo numa condição de fragilidade enquanto produtores simples de mercadoria, a permanência desses agricultores no capitalismo é assegurada, de um lado, por certos comportamentos internos da unidade familiar como as relações de parentesco e o ciclo demográfico, e nesse caso corrobora com a perspectiva de Chayanov (1974).

Opondo-se a posição estruturalista de interpretação das transformações das unidades familiares nas sociedades capitalistas avançadas a partir do paradigma da modernização e da economia política, na escola europeia é possível encontrar uma posição epistemológica de ordem culturalista baseada na perspectiva orientada ao ator para analisar a mercantilização e sua inclusão adjacente as formas familiares de produção. Esses estudos da mercantilização irão ratificar que mesmo estando os agricultores inseridos ao capitalismo, a forma como tal processo acontece, não necessariamente decorre exclusivamente enquanto o capitalismo sendo uma estrutura externa que determina e orienta por completo a vida desses agricultores.

De acordo com Long (2006), mesmo que certas mudanças estruturais resultam do impacto de forças externas, é teoricamente insatisfatório basear uma análise no conceito de determinação externa, pois todas as formas de intervenção externa necessariamente entram nos mundos de vida dos indivíduos e grupos sociais afetados, e desta maneira, são mediados e transformados por estes mesmos atores e estruturas locais. A mercantilização se configura como um processo em que o capitalismo exerce forças de “fora” sobre os agricultores (tecnologias, sistemas de preço, políticas públicas etc), mas nela também existem espaços de manobra onde os agricultores estabelecem suas estratégias de resistência, pois possuem

capacidades de agência e habilidades cognitivas para interferir, se necessário, no fluxo de eventos sociais ao seu entorno (LONG, 2006).

Dessa forma, o que Ploeg (1993, 2008) irá demonstrar em seus estudos é que as formas familiares possuem um conjunto de “racionalidades” e estruturas internas de organização e funcionamento que permitem essas famílias estabelecer relações de proximidade e distanciamento dos mercados, diferenciando-as das empresas capitalistas de produção. Enquanto para Friedmann (1978) as unidades familiares são estruturas homogêneas inseridas em contextos mercantis rígidos, para Ploeg (1993) esses agricultores encontram-se em ambientes marcados por uma mercantilização multi-nível e com distintos graus de mercantilização da exploração agrícola, ou seja, os agricultores podem mercantilizar diferentes etapas do processo de produção e encontrar-se em diferentes graus de mercantilização.

## **2.1 Estilos de agricultura como expressão da diversidade produtiva da “condição camponesa”**

Na seção anterior foi apresentada a arquitetura e metabolismo do processo de mercantilização, onde se procurou demonstrar que essa não essencialmente é uma situação normativa que conduz os agricultores familiares a exposição de fragilidades em presença do capitalismo. Ou seja, a mercantilização não se constitui como um processo de via única responsável por determinar a estrutura e funcionamento da agricultura, mas nela mesma existem espaços nos quais diferentes estilos de agricultura (*farming styles*) são possíveis.

Conforme Ploeg (2003), estilos de agricultura são redes sócio-técnicas onde existem diferentes modos de ordenação entre os domínios internos em que a família tem que operar, com domínios externos formados por diferentes grupos sociais, instituições e o próprio Estado. Para Ploeg (2003), estilos de agriculturas são representações da modernização da agricultura que podem ocorrer por duas vias. A primeira são os estilos de agricultura que representam e reproduzem a internalização do projeto de modernização, e a segunda, num caminho oposto, os estilos que representam um distanciamento ou uma desconstrução do controle imposto pela modernização. Desse modo, a noção de estilos de agricultura está assentada numa determinada forma de produção (estrutura do processo produtivo) e num determinado modo de inter-relação com os mercados (PLOEG, 1994).

Portanto, é possível encontrar diferentes estilos de agricultura (ou diferentes estilos de ordenamento) que são diferentes modos como os agricultores ordenam a sua relação com a produção e os mercados. Ou seja, conforme Ploeg (1994), mercados e tecnologia

proporcionam o contexto em que diferentes posições são possíveis, pois os próprios agricultores enquanto atores sociais, possuindo capacidade de agência, são capazes de definir e influenciar sobre o distanciamento ou integração dos mercados e das tecnologias (via desconstrução/reconstrução dos formatos tecnológicos).

A capacidade de escolha de distanciamento ou aproximação dos mercados além de representar o espaço de manobra, faz parte do repertório cultural dos agricultores (PLOEG, 1994, 2003). Esse repertório cultural promove a heterogeneidade no meio rural quando os processos de produção e as relações com os mercados tendem a uma homogeneização. Portanto, o repertório cultural está enraizado no modo camponês de fazer agricultura - fazendo parte do distanciamento institucionalizado dos agricultores em relação aos mercados (PLOEG, 2008) e, sendo assim, definirá situações particulares que privilegiem os processos de “internalização” na atividade agrícola produtiva (gerando situações de autonomia) ao invés de processos de “externalização” (gerando situações de dependência).

Numa análise recente Ploeg (2008) reúne elementos teórico-analíticos para demonstrar o contexto social específico atual em que as unidades familiares vêm se reproduzindo. Desta forma, Ploeg lança mão do conceito de condição camponesa que possui como características fundamentais “[...] a luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações [...]”(2008:40). A busca constante pela autonomia em um ambiente hostil (o contexto no qual os agricultores se encontram) é uma das características iniciais da condição camponesa e se constitui como uma relação causal que orienta o comportamento das unidades familiares no processo de produção da exploração agrícola (e conseqüentemente com as trocas mercantis). É no ambiente hostil em que estão inseridos, que os agricultores vão desenvolver as suas estratégias de manutenção e aperfeiçoamento de uma base de recursos que seja auto-controlada pela família, de co-produção, relação com os mercados, produção para auto-consumo e, por fim, a busca pela viabilização da reprodução da família (PLOEG, 2008).

A família, portanto, na condição camponesa constituiu-se como o núcleo que orienta o modo camponês de produção, o qual está centralizado internamente na forma como os agricultores determinam o processo de produção agrícola. Tal comportamento, evidentemente, estabelece formas específicas de relação com os mercados. Na condição camponesa, o processo de produção camponesa caracterizado sobre uma estrutura de reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida, onde cada ciclo de produção é construído em base aos recursos produzidos e reproduzidos em ciclos anteriores PLOEG (1993, 2008). Assim sendo, os processos de produção e reprodução irão constituir uma

unidade “orgânica” com relações de interdependência específicas, de modo que, seja possível a manutenção da base de recursos para ciclos futuros e o fortalecimento da autonomia.

Por outro lado, uma reprodução dependente do mercado, que corresponde ao modo empresarial agrícola, apresenta uma racionalidade produtiva, econômica e ecológica oposta do modo camponês. As relações produtivas são intensivas tanto no que se refere à aquisição de insumos e tecnologias (antes da porteira), quanto ao destino da produção orientada exclusivamente a mercados especializados (depois da porteira).

### **3. Mercantilização e estilos de agricultura entre os pecuaristas familiares do Território Alto Camaquã.**

Desde a perspectiva teórica-metodológica adotada nesse estudo, identificou-se três tipos de estilos de agricultura de pecuaristas familiares no território Alto Camaquã. O primeiro tipo identificado são os **pecuaristas familiares “não-especializados” e pluriativos (EA 1)**, que corresponde ao grupo de pecuaristas que possuem uma baixa integração ao mercado e dependem de atividades pluriativas para a reprodução do núcleo familiar. O segundo tipo são os **pecuaristas familiares “não-especializados” e dependentes de transferências sociais (EA 2)** que igualmente ao tipo anterior, também estão poucos integrados ao mercado, mas na sua maioria, são dependentes de transferências sociais para a reprodução da família. Por fim, o terceiro tipo é formado pelos **pecuaristas familiares “especializados” (EA 3)** que mantêm relações mercantis mais intensas devido a maior escala produtiva.

Na seqüência, num primeiro momento, serão analisadas e discutidas as diferenciações propriamente ditas entre os estilos de agricultura, evidenciando como às relações mercantis conduz a um processo de diferenciação agroeconômica entre os pecuaristas familiares, razão pela qual os pecuaristas adotam estratégias produtivas diferenciadas. Em seguida, discute-se de maneira mais precisa a relação entre os estilos de agricultura com a natureza, procurando identificar como os elementos presentes no domínio produtivo, por um lado, exercem influência sobre a organização e funcionamento da natureza e, por outro, como a natureza contribui para gerar estratégias produtivas mais autônomas.

#### **3.1 Graus de mercantilização dos Estilos de Agricultura e estratégias autônomas de produção.**

Na tabela 1 são apresentados alguns indicadores agroeconômicos que permitem identificar que os pecuaristas familiares apresentam diferentes formas de se relacionar com os

mercados, o que caracteriza a existência de diferentes graus de mercantilização, e, portanto, estilos de agricultura diferenciados.

No entanto, de acordo com Ploeg (2008), uma das principais características da “condição camponesa” é o esforço permanente visando o distanciamento dos circuitos mercantis. Empiricamente a avaliação do nível de inserção mercantil antes e depois da “porteira”, o qual caracteriza a diferenciação em termos de grau de mercantilização entre os diferentes estilos de agricultura, pode ser constatada através do indicador Consumo Intermediário/Produto Bruto, que corresponde em termos percentuais, à relação entre os insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos destinados a formação final do produto bruto do estabelecimento agrícola.

**TABELA 1 – Indicadores agroeconômicos dos Estilos de Agricultura dos Pecuaristas Familiares do Território Alto Camaquã.**

<b>Indicador</b>	<b>Un.</b>	<b>Estilo de agricultura 1</b>	<b>Estilo de agricultura 2</b>	<b>Estilo de agricultura 3</b>
Consumo Intermediário/Produto Bruto	%	20,03	34,79	24,3
SAUpas. nativa / SAUt (%)	%	86,00	94,72	97,53
PB comercializado/KI animal	%	21,03	18,4	46,87
PB autoconsumo/ PB total	%	74,85	27,37	8,78

Fonte: Neske (2009)

Conforme apontado na Tabela 1, todos os estilos de agricultura revelam algum tipo de vínculo mercantil através da aquisição de insumos ou serviços, o que permite afirmar que a mercantilização, de alguma maneira, é um fator necessário para a reprodução social desses pecuaristas. O EA 1 revela a menor integração mercantil em relação aos demais estilos de agricultura, com valor médio do indicador Consumo Intermediário/Produto Bruto de 20%, demonstrando assim, um processo produtivo marcado por relativa autonomia em relação ao mercado. Essa baixa externalização representada no domínio produtivo constitui os espaços de manobra construídos de acordo com os interesses dos produtores através de um processo freqüente de desconstrução/reconstrução da base tecnológica (PLOEG, 1994).

Conforme Ploeg (1993), o maior grau de mercantilização das explorações agrícolas é proporcional à escala de produção, produtos e serviços mercantilizados que entram no processo produtivo. Paradoxalmente se compararmos o valor médio do Consumo Intermediário/Produto Bruto do EA3 com o EA2, o primeiro é 55% inferior ao segundo, mesmo sendo formado por pecuaristas que possuem maior capacidade produtiva quanto à escala de produção. A explicação causal para esse comportamento pode-se dar pelo fato do caráter “incompleto” da modernização dessa categoria social. Ou seja, como particularidade

entre os pecuaristas familiares está à adoção de sistemas produtivos que requerem baixa incorporação tecnológica e, de certa forma, pode-se dizer que estão distantes dos padrões tecnológicos ditos de “ponta” e próximos entre si de uma “padronização tecnológica mínima” com baixo uso de insumos e tecnologias.

Dessa forma, a maior escala produtiva do EA 3 não necessariamente implica uma relação mais direta no que se refere à penetração das relações mercantis no processo de produção via padrões tecnológicos diferenciados. O processo produtivo não passa por relações estabelecidas simetricamente com os mercados, pois muitas das etapas são realizadas a partir de elementos não-mercantis que conduzem a situações que aumentam a autonomia, por exemplo, como o uso predominante de mão-de-obra familiar, a reprodução dos objetos de trabalho (ex. gado e ovelha), e também por “trocas” realizadas com a natureza. Assim, os maiores custos que estão relacionados à externalização produtiva do EA 3 devem-se ao pagamento do arrendamento de terras de terceiros e não aos mercados de insumos e serviços. No caso do EA2, o maior valor referente à externalização deve-se, principalmente, à compra de insumos de produtos veterinários.

Entretanto, mesmo sendo observado a existência de diferentes graus de mercantilização entre os pecuaristas familiares e, portanto, formas diferenciadas de integração aos mercados de insumos e serviços, o que se observa é que, de forma comum, os valores referentes ao Consumo Intermediário/Produto Bruto indicam uma baixa necessidade de mobilização de recursos para o processo produtivo via trocas mercantis. Desse modo, tal comportamento assume representatividade dentro da “condição camponesa” que visa à busca pela autonomia. Assim, essa relativa autonomia frente o mercado de insumos é construída e assegurada porque parte dos recursos necessários ao processo produtivo são produzidos e reproduzidos dentro da “porteira”.

Segundo Ploeg (2008), a agricultura camponesa é essencialmente (embora não exclusivamente) baseada em um fluxo relativamente autônomo de recursos auto-controlados produzidos e reproduzidos na própria unidade de produção. Existe nos sistemas produtivos dos pecuaristas familiares uma base de recursos, a qual é mobilizada e regulada a partir de trocas não-mercantis, caracterizando um processo de co-produção específico que é tributário a todos os estilos de agricultura, conforme veremos posteriormente. Desta forma, precisamente, podemos referenciar o papel desempenhado pelas “trocas” com a natureza e o provisionamento de recursos produzidos e reproduzidos em ciclos anteriores.

Ainda segundo as informações da Tabela 1, o que se constata é que uma particularidade comum a todos os estilos de agricultura é o fato de que a base alimentar dos

rebanhos tem como principal componente forrageiro a pastagem nativa. Nota-se que em relação a Superfície Agrícola Útil total SAUt o índice percentual da Superfície Agrícola Útil da pastagem nativa ( SAUpas. nativa) revela valores médios acima de 85%, o que indica que a alimentação dos animais é assegurada praticamente pelo campo nativo. Desse modo, sendo a co-produção fortalecida sobre a base de recursos sob a qual está assentada (PLOEG, 2006, 2008), a pastagem nativa representa um valioso recurso renovável e gratuito, representando a principal “troca” com a natureza que contribui para gerar situações de autonomia (diminuição da externalização) no processo produtivo.

Conforme temos apontado, a redução da dependência em relação aos mercados passa pela reprodução e fortalecimento da base de recursos presentes dentro da “porteira”. A co-produção, nesse sentido, tem o papel de estruturar e ordenar as tarefas produtivas visando garantir os recursos para os ciclos futuros. Entretanto, a maneira como esses recursos são autogestionados irá revelar diferentes graus de mercantilização do processo produtivo.

Observa-se na Tabela 1 pelo indicador Produto Bruto Comercializado/KI animal que do total do Capital Imobilizado em animais no EA1, apenas 21,0% refere-se ao produto bruto total comercializado. Ou seja, isso demonstra que existe uma baixa integração mercantil (depois da “porteira”) no que refere as vendas de produtos, pois 79,0% desses recursos ficam retidos na propriedade para compor a sucessão do processo produtivo. Da mesma forma que o EA1, o EA2 também apresenta valor (18,4% ) que representa uma baixa integração vinculada aos mercados de venda de produtos, o que caracteriza, portanto, o caráter “não-especializado” desses estilos de agricultura.

Em relação ao EA3, mesmo apresentando o valor do PB comercializado/ KI animal (46,87%) maior que os demais estilos de agricultura, parte considerável dos animais permanecem na propriedade para retroalimentar o processo produtivo no ano seguinte. Assim, a característica em comum entre os estilos de agricultura é que parte significativa dos recursos produtivos (vacas de cria, touros, ovelhas) é destinada para dar continuidade aos ciclos produtivos subsequentes.

### **3.2 A busca pela autonomia no âmbito da relação com o capital ecológico.**

A luta por autonomia fundamental implica a construção, o uso e o desenvolvimento contínuo do capital ecológico (PLOEG, 2008). No contexto da condição camponesa visando uma reprodução relativamente autônoma, a base de recursos naturais sobre as quais estão assentadas as atividades produtivas desempenha um papel fundamental para a reprodução autônoma do processo produtivo, pois os recursos auto-controlados ( solo, água, vegetação

nativa) podem ser reproduzidos como recursos ( não mercantilizados) para retroalimentar os próximos ciclos produtivos, diminuindo a dependência com os mercados.

Na Tabela 2 constam alguns índices emergéticos<sup>i</sup> referentes aos diferentes estilos de agricultura dos pecuaristas familiares. A interpretação analítica de alguns desses índices adquire relevância na medida em que possam ser comparados com outros sistemas produtivos, e como os estilos de agricultura analisados apresentam muitas características produtivas semelhantes, os valores desses índices também são bastante próximos. De tal modo, eventualmente, estaremos recorrendo à comparação desses índices emergéticos com outros sistemas produtivos na tentativa de explicitar com maior clareza como esses índices estão associados aos sistemas produtivos dos pecuaristas familiares.

**TABELA 1 – Comparações dos índices emergéticos dos estilos de agricultura dos pecuaristas familiares do território Alto Camaquã, com os sistemas de produção de lavoura arroz e pecuária de corte e cultivo de soja convencional**

<b>Índice</b>	<b>EA 1</b>	<b>EA 2</b>	<b>EA 3</b>	<b>L+P<sup>ii</sup></b>	<b>Soja<sup>iii</sup></b>
* Razão de Rendimento -EYR= Y/F	18,80	10,91	11,69	2,24	1,56
*Razão de Investimento - EIR = F/I	0,11	0,15	0,16	0,81	1,79
**Renovabilidade - R = (R/Y)*100	82,03	81,50	81,68	39,23	35,8

\*Unidade: adimensional; \*\* Unidade: %

Fonte: Neske (2009)

A razão de rendimento emergético (EYR=Y/F) corresponde à razão entre o total de energia produzida (Y=F+I) no sistema produtivo pela energia investida através da economia (F=M+S), e é uma medida que indica se o processo produtivo retorna ao setor econômico mais energia na forma de produtos do que compra. Assim, esse indicador permite representar a qualidade emergética contida no processo produtivo que é repassada para a sociedade.

Na análise dos indicadores agroeconômico na seção anterior foi possível constatar que os valores verificados na relação Consumo Intermediário/Produto Bruto demonstram uma baixa externalização do processo de produção dos pecuaristas familiares. Os valores observados no índice emergético EYR para todos os estilos de agricultura ratificam esse comportamento, pois comparando com os sistemas integração de lavoura de arroz e pecuária de corte (L+P) e soja, os resultados revelam valores bastante superiores. O EA 1 por depender menos das relações mercantis apresenta o maior valor (18,8), e o EA3 obteve o menor valor (11,7) justamente por ser estar integrado ao mercado (principalmente serviços). Os valores observados nos sistemas de L+P e soja são, respectivamente, 2,24 e 1,56 o que demonstra que esses sistemas produtivos são altamente dependentes das relações econômicas e pouco dependentes dos recursos naturais para o seu para o funcionamento.

O segundo índice analisado é a razão de investimento emergético (EIR= F/I), que corresponde à relação entre a soma de materiais e serviços (F= M+S) e a soma de recursos naturais, renováveis e não renováveis (I=R+N). É um índice que permite analisar mais diretamente a participação dos fluxos emergéticos da economia e da natureza envolvidos no processo produtivo. Observa-se pela Tabela 2 que o EIR entre os estilos de agricultura são bastante próximos, havendo um valor ligeiramente menor no EA 1 (0,11), seguido pelo EA 2 (0,15), e por último o EA 3 (0,16). Têm-se então, que os valores do EIR verificados entre os estilos de agricultura dos pecuaristas familiares analisados no território Alto Camaquã demonstram que os sistemas produtivos praticados são dependentes dos recursos oferecidos “gratuitamente” pela natureza (energia da chuva, do sol, do vento, da biomassa, etc) e, por outro, revela que a autonomia e emancipação em relação aos mercados passa por essas “trocas” realizadas com a natureza (PLOEG, 2008). O valor do EIR do sistema de produção de soja convencional indica que para o seu funcionamento esse sistema necessita “comprar” 1,79 unidade (sej/ha.ano) da economia para cada 1 unidade (sej/ha.ano) de recursos utilizado da natureza, ou seja, mobiliza mais recursos da economia.

O índice emergético da renovabilidade -  $(R/Y)*100$  – é expresso como a razão dos recursos renováveis (R) utilizados no processo produtivo em relação a energia total (Y). Ou seja, indica a contribuição dos fluxos emergéticos dos recursos naturais renováveis no processo produtivo. Os valores da renovabilidade verificados novamente indicam semelhanças entre os estilos de agricultura, estando situados acima de 81%. Isso quer dizer que da energia total contida nos sistemas produtivos dos pecuaristas familiares, os recursos naturais renováveis representam a principal fonte de energia envolvida no funcionamento do processo produtivo. Como demonstrado pelos índices emergéticos anteriores, os sistemas de produção L+P e de soja são mais dependentes dos recursos mobilizados a partir da economia do que os recursos oferecidos pelo meio natural. Os valores emergéticos de renovabilidade verificados para o sistema L+P (39,23 %) e soja (35,8%) ratificam esse comportamento.

#### **4. Considerações finais**

Mesmo estando os pecuaristas familiares do território Alto Camaquã inseridos num ambiente com características socioeconômica, cultural e ambiental semelhantes, identificou-se a existência de diferentes estilos de agriculturas a partir de inserções diferenciadas em meio às relações mercantis que esses se relacionam.

Isso demonstra que a mercantilização não ocorre de forma homogênea e, tampouco, linearmente, pois desde um raciocínio “estratégico” (repertório cultural) desenvolvido pelos

pecuaristas, demonstrou-se que esses possuem capacidades de gestão de seus interesses para definir suas escolhas de articulação com os mercados. No entanto, muitas das características existentes no domínio produtivo e no âmbito da vida social são triviais entre os estilos de agricultura e, desde uma perspectiva teórica, são representativas da “condição camponesa” (PLOEG, 2008). Percebe-se então, um conjunto de valores e comportamentos que fazem parte de um repertório cultural “institucionalizado” responsável por ordenar de forma sistemática estratégias produtivas que visam atender as necessidades da família, bem como, aumentar a sua autonomia perante as relações mercantis. Assim, muitas etapas presentes no domínio produtivo encontram-se mantidas fora dos circuitos mercantis, pois são os próprios pecuaristas que constroem seus espaços de manobra, criando estratégias que tendem a reduzir a externalização do processo produtivo e otimizar o uso dos recursos locais não-mercantilizados.

Nesse processo, em grande medida, a autonomia é garantida pelas relações personalizadas que os pecuaristas estabelecem com a base de recursos naturais, pois algumas etapas não-mercantilizadas do processo produtivo são definidas a partir das relações estabelecidas com o sistema natural. É no plano das decisões individuais que os pecuaristas familiares criam estratégias que visam maximizar as “trocas” com os recursos naturais localmente disponíveis. Portanto, o funcionamento e a reprodução dos estilos de agricultura são mais dependentes das “trocas” estabelecidas com a natureza do que a dependência dos recursos mobilizados a partir dos mercados de insumos e serviços. Assim, observa-se um conjunto de serviços ambientais gerados pelos sistemas pecuários familiares do território Alto Camaquã que, indiretamente, acaba beneficiando a sociedade em geral, mesmo não representando “captura” de renda que remunere os pecuaristas por esses serviços prestados. Utilizando a expressão de Mollard (2006), tal comportamento permite qualificar esses serviços ambientais presentes nos sistemas produtivos familiares como “externalidades territoriais” positivas.

## **5. Referências bibliográficas**

ALMEIDA, J. (1997). Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (pp. 33-55). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

BORBA, M. F. S. (2006). Avaliação das condições para a ecologização da pecuária familiar na área de abrangência do COREDE Campanha. Bagé: Embrapa.

BORBA, M.F.S. *et al.* (2006). Avaliação da sustentabilidade de diferentes sistemas (agro)pecuários do Rio Grande do Sul usando a análise emergética In: IV Congresso Brasileiro de Agroecologia.

CAVALETT, O. (2006). Análise emergética dos modelos de produção orgânica e convencional de soja no Estado do Paraná. In: IV Congresso Brasileiro de Agroecologia.

CONTERATO, M. A. (2004). A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso do município de Três Palmeiras/RS. 209 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FRIEDMANN, H. (1978). Simple commodity production and wage labour in the American plains. *Journal Of Peasant Studies*, Toronto, 6 (1), p.71-100.

LONG, N. (2006). Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social.

MOLLARD, A. (2006). Multifuncionalidade, externalidades e territórios. *EISFORIA*, v.4 ( n. especial), p.155-178

NESKE, M. Z. (2009). Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ODUM, H. T. (1996). *Environmental accounting, emergy and decision making*. New York: John Wiley.

PLOEG, J. D. van der. (2008). *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS).

\_\_\_\_\_. (2003). *The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: Van Gorcum.

\_\_\_\_\_. (1994). *Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology*. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development* (pp. 7-30). Assen: Van Gorcum.

\_\_\_\_\_. (1993). *El proceso de trabajo agrícol y la mercantilización*. In: GUSMAN, E. S. (Ed.). *Ecología, campesinato y historia* (pp. 163-195). Madri: Piqueta.

TOLEDO, V.M. (1993). *La racionalidad de la Producción Campesina*. In: GUZMÁN, E. S (Ed.). *Ecología, campesinato y historia* (pp. 197-218). Madrid: La Piqueta.

---

<sup>i</sup> A forma de avaliação da contribuição dos recursos naturais para o funcionamento dos sistemas produtivos familiares foi realizada mediante a utilização da análise emergética (ODUM, 1996). Segundo Odum, emergia é toda a energia incorporada (*embodied energy*) para a produção de um determinado de produto ou serviço. A análise emergia é uma metodologia pensada e estruturada em base aos princípios termodinâmicos e que considera na análise todos os fluxos energéticos provenientes dos recursos naturais (renováveis e não renováveis) e dos *inputs* da economia (materiais e serviços)

<sup>ii</sup> Borba *et al.*, (2006)

<sup>iii</sup> Covalett *et al* (2006)